

SEBASTIÃO NERY

O 2º Pacote de Abril

O mês era outro, o pacote era outro, o dono do pacote era outro e os destinatários eram quase todos outros. Mas foi impossível evitar que o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, o presidente da Câmara, Michel Temer, e os líderes do Governo e da oposição, vivessem, no Congresso, um constrangimento parecido com aquele de exatamente 20 anos atrás, em 1º de abril de 1977, quando o general Geisel mandou para o Senado e a Câmara o histórico "Pacote de Abril".

Naquele dia, às 11 horas, o coronel de artilharia José Maria de Toledo Camargo, assessor de imprensa da Presidência da República, começou a distribuir aos jornalistas, no Palácio do Planalto, um maço de cópias xerografadas. Era o Ato Complementar nº 102, com o "Pacote de Abril".

No Senado, o presidente Petrônio Portela ficou sabendo, telefonou para o Planalto e disse que era preciso uma comunicação formal ao Congresso. Ao meio-dia em ponto, entrou no Palácio das duas conchas de Nie-

meyer o subchefe da Casa Civil, Alberto Cunha, com o texto do AC 2, acompanhado de um ofício de cinco linhas, assinado pelo presidente Geisel: "Tenho a honra de comunicar".

Trêmulo e pálido, Marco Antônio Maciel, presidente da Câmara, recebeu o ofício e levou imediatamente a Petrônio, que nada disse, ficou sério e constrangido. Não tinha a honra de ser comunicado. Franco Montoro, líder da oposição, estava perplexo:

- Isto é profundamente lamentável.

Eurico Rezende, líder do Governo, baforou o charuto oficial:

- O pacote é temporário, pode ser curto, longo ou médio, porque reflete a natureza das disposições transitórias.

Nelson Thibau, um deputado macunaímico de Minas, pegou o ofício, leu pausadamente e disse aos jornalistas:

- O pacote é temporário. Quer dizer, é provisório, a título precário.

Ninguém conseguiu rir. Como diria Machado de Assis, a todos humilhava o legado da nossa miséria.